

## Da doutrina social do Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*

Paulo Ferreira da Cunha<sup>1</sup>

**Resumo:** A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* é a primeira oportunidade para o Papa Francisco de forma estruturada expressar a sua doutrina social. Fá-lo com um estilo direto, com humildade mas incisividade, contra o mundo da ganância e do materialismo e a ideologia que o serve. Fiel à tradição da doutrina social da Igreja, o Papa atualiza-a encarando de frente a necessidade de não virar a cara à pobreza, de ter políticos honestos e empenhados, e um Estado que assuma as suas responsabilidades sociais.

**Palavras chave:** *Evangelii Gaudium*, Papa Francisco, Doutrina Social da Igreja, Justiça Social, democracia cristã, Estado social.

**Abstract:** The Apostolic Exhortation *Evangelii Gaudium* is the first opportunity for the Pope Francisco express his social doctrine in a structured way. He does so with a direct style, with humility but incisiveness, specially against the world of greed and materialism and the ideology that serves them. Faithful to the tradition of Catholic social teaching, the Pope refreshes it, stressing the need of facing the reality of poverty, of having honest and committed politicians, and a State assuming its social responsibilities.

**Keywords:** *Evangelii Gaudium*, Pope Francis, Social Doctrine of the Roman Catholic Church, Social Justice, Christian democracy, Social State.

### I. Textos sobre Textos. Hermenêutica e Doutrinas Atuais

Interpretar é sempre arriscadíssimo e muito falível. E interpretar reconstruindo, partir de uma narrativa ou de várias para construir uma nova narrativa (ainda que, e *a fortiori*, se a nova narrativa se pretende científica, embora de uma cientificidade atenta ao mundo e não agelástica) é consabidamente um trabalho delicado, em que não raro a empatia ou simpatia (ou a aversão) do autor segundo (crítico ou comentador) pelo autor primeiro (autor original) criam mais uma obra de ficção que uma exposição fidedigna e uma crítica totalmente isenta, depurada e objetiva. Fala-se de um objeto com base no real, decerto, mas em alguma medida sujeito a (involuntária, espera-se) reconstrução, reelaboração. Ao ponto de em algumas narrativas não se saber mais se quem fala é o autor comentado, se o comentador pela voz do comentado, se, ao parafrasear o comentador o autor original lhe não lhe vai emprestando fórmulas suas e até ideias que não teria, ou não teria com aquela conotação ou aquela dimensão...

Se é assim em tese geral, então o esforço e a prevenção hermenêuticas quando se trata de temáticas atuais, atravessadas por interesses conflituantes, com protagonistas vivos e cuja interpretação "autêntica" (para usar uma linguagem jurídica) poderá sempre vir a fazer-se, são hercúluas tarefas. Não é fácil, é grande risco, falar do que está na brecha do tempo. Mais ainda quando se trate de interpretar textos de um protagonista que assume um lugar cimeiro na cena mundial, e para mais sendo o líder religioso de uma das mais vastas, ativas e preponderantes confissões religiosas do mundo, e dominante e maioritária nos espaços culturais e geográficos em que o autor da análise se move. Mas, para complicar a questão, confissão religiosa que, como é sabido, e sociologicamente evidente, se encontra no plano teórico (como é natural, mas nem todos querem admitir) dividida em várias sensibilidades, que naturalmente poderão, ora umas ora outras, verberar até muito severamente quaisquer opiniões. E

---

<sup>1</sup>. Catedrático da Universidade do Porto. lusofilias@gmail.com.

parece quase impossível que não se incorra na discordância (esperemos que não mais que isso) de gregos ou troianos, tão diferentes parecem ser por vezes as opiniões de tantos que, de uma forma ou de outra (na verdade de maneiras tão diversas), se dizem católicos, apostólicos, romanos.

Procuramos no texto seguinte uma breve e não demasiadamente sistemática introdução (além de nada exaustiva) ao tema da doutrina social no primeiro documento sistemático do Papa Francisco, tendo presentes (como pano de fundo ou pressuposto) os nossos antigos estudos sobre a matéria, havendo tomado também a opção, até *brevitatis causa*, de não recordar demasiadamente a clássica doutrina social da Igreja católica, que é questão conhecida e consultável em fontes acessíveis, desde logo na *Internet*.

## II. Francisco e os Pobres

O Papa Francisco surpreendeu e cativou muita gente, católicos e não católicos, em especial por um estilo diferente, logo no início do seu pontificado<sup>2</sup>.

Evidentemente que nos últimos tempos houvera já grandes Papas cuja memória se encontra ainda presente, Papas com rasgos importantíssimos na renovação da Igreja Católica, sobretudo a partir do Vaticano II. E Papas com personalidades variadas e marcantes. Evoquemos João XXIII, que convocou este concílio ecuménico, e é recordado ainda por alguns como "o papa bom", ou Paulo VI, discreto, intelectual e prudente, grande entusiasta do ecumenismo. Quase todos recordam ainda o sorriso doce (e depois torturado pela doença e pela idade) e o carácter apostólico itinerante de João Paulo II. Foram traços que conquistaram muitos. Além disso, sem abdicar de muitos pontos de ortodoxia, o Papa vindo da Polónia haveria de chocar alguns meios jurídicos mais conservadores ou tradicionalistas com a sua apologia dos Direitos Humanos. Ao ponto de Michel Villey, sem dúvida o mais inteligente e mais flexível dos clássicos jusnaturalistas, relutante pelo menos durante algum tempo quanto a esta categoria jurídica "modernista", ter dedicado "filialmente" seu livro crítico *Le droit et les droits de l'homme* a sua santidade João Paulo II<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Há contudo críticos, de um lado e de outro. Da banda de uma certa (não de toda) teologia da libertação, por exemplo, afirma Rubén Dri: "Yo no sé si te diste cuenta que Bergoglio sonrie... Acá no sabíamos eso, nunca lo habíamos visto sonreír jamás. Es un gesto muy estudiado, toda su gestualidad lo está. Es una puesta en escena realmente. Sobreactuando, incluso, lo que hace con respecto a la pobreza. Está todo pensado políticamente para presentar una faz más atrayente para los sectores populares, para los humildes, de manera de pelearle los pobres a los proyectos políticos que mencioné anteriormente y también la clientela a las iglesias pentecostales." *Apud* <http://www.insurgente.org/index.php/2012-04-11-10-03-53/mundo/item/8954-el-teólogo-de-la-liberación-rubén-dri-opina-sobre-el-papa-francisco-i>. Por outro lado, as críticas conservadoras e reacionárias são ainda mais contundentes, anulando as primeiras, de algum modo, num jogo de soma zero. Veja-se o que, por exemplo, um advogado do Tea Party dos EUA, Jonathon Moseley, afirma, criticando as posições do Papa como socialistas: "'Jesus Christ is weeping in heaven hearing Christians espouse a socialist philosophy that has created suffering and poverty around the world,'" ou: "It is impossible to love one's neighbor as yourself without fighting against socialism, meaning government meddling in private lives." *Apud* <http://www.rawstory.com/rs/2013/12/02/tea-party-activist-jesus-christ-is-weeping-in-heaven-over-popes-criticism-of-capitalism/>. Vale a pena ler, num e noutro caso, todos os artigos que aqui citamos.

<sup>3</sup> VILLEY, Michel — *Le droit et les droits de l'homme*, Paris, PUF, 1983. Cabe apenas referir ainda que os direitos humanos haveriam de ser objeto daquilo a que temos chamado (glosando uma expressão que originalmente é o título de um conto de Eça de Queiroz, e mais tarde glosado como título de um artigo do historiador e constituinte Prof. Doutor António Reis, "O Suave Milagre da Constituição") um "suave milagre". Com efeito, um a um, quase todos foram aceitando os direitos humanos. Na verdade há apenas pequenos redutos nazis, fascistas, ou tradicionalistas - e certamente também coletivistas mais ortodoxos - que, de uma forma ou de outra, resistem. Cf. já o nosso livro *Teoria da Constituição*, vol. II. *Direitos Humanos, Direitos Fundamentais*, Lisboa / São Paulo, Verbo, 2000, passim, máx. p. 305 ss..

Mas o rosto de Papa que assumia o nome do santo de Assis era diferente, tem sido diferente: infundindo uma simpatia empática, toda feita de humildade e abertura... Fazendo, em grande medida, esse grande exercício de *caritas* (que é amor) ao praticar, mesmo em relação a questões e grupos muito controversos (e estigmatizados) um ao mesmo sábio e inesperado (para uma Igreja que muitos observadores se habituaram a ver com muito normativa e judicadora) "Não julgueis!"<sup>4</sup>.

O estilo parecia, pois diferente. Mas teria razão Buffon, ao afirmar que "le style c'est l'homme même"?

Cremos que sim. Pelo menos em grande medida, e no caso. O Papa Francisco toma atitudes de quebra do protocolo, de proximidade com os que precisam, mas não parece fazê-lo por puro *marketing* ou sem consequência. Sem um enquadramento doutrinário, e sem que se pretenda que a Igreja Católica siga um rumo de afirmação política (ou social...), muitas dessas atitudes poderiam ser consideradas (conforme a severidade dos julgadores ou as suas lunetas analíticas) entre simpáticas e demagógicas.

Ora o Papa Francisco escapa a tais qualificações pela sua consequência teórica, criticável, como todas, mas de plena fidelidade à doutrina social da Igreja, que tantos infelizmente têm esquecido, e que alguns setores nunca parece terem levado a sério, dentro e fora da área cultural católica.

Não é evidentemente este o lugar para recordar amplamente essa ortodoxia, no melhor sentido. Mas devemos recordar, ao menos, alguns pontos altos dessa doutrina em devir que é a doutrina social da Igreja.

E é muito importante que ela própria se considere uma doutrina plural, de plúrimas fontes e raízes, e não enquistada, mas sempre aberta à renovação e melhoramento. Uma doutrina em devir. Como diz o *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*:

72. A doutrina social da Igreja não foi pensada desde o princípio como um sistema orgânico; mas foi-se formando pouco a pouco, com progressivos pronunciamentos do Magistério sobre os temas sociais. Tal gênese torna compreensível o facto que tenham podido intervir algumas oscilações acerca da natureza, do método e da estrutura epistemológica da doutrina social da Igreja.

Não é ainda o tempo para dar epítetos ao novo Papa. Mas tudo indica que, sem se afastar das linhas clássicas da doutrina social da Igreja, as está a tentar pôr em prática, pelo menos sendo um seu arauto altissonante, salientando um dos aspetos fundamentais dos seus princípios basilares: a opção pelos pobres. Nesse sentido, o Papa Francisco poderá bem vir a ser chamado o "Papa dos Pobres".

Afigura-se-nos que o cerne da doutrina social do Papa Francisco, até ao momento exposta, e sobretudo no documento a que se deu o nome de "Exortação Apostólica" (e não Carta Encíclica) *Evangelii Gaudium* (da Encíclica *Lumen Fidei* diz o atual Papa como que ter trabalhado sobre um esboço do Pontífice emérito, Bento XVI<sup>5</sup>, e não versa especificamente sobre a temática ora em apreço) é precisamente o assumir não apenas uma *teoria* ao lado dos pobres, mas exortar a uma *prática* pelos pobres.

---

<sup>4</sup> Cf. Mt. VII, 1-2.

<sup>5</sup> Diz explicitamente a Encíclica em causa: "7. Estas considerações sobre a fé — em continuidade com tudo o que o magistério da Igreja pronunciou acerca desta virtude teologal (...) — pretendem juntar-se a tudo aquilo que Bento XVI escreveu nas cartas encíclicas sobre a caridade e a esperança. Ele já tinha quase concluído um primeiro esboço desta carta encíclica sobre a fé. Estou-lhe profundamente agradecido e, na fraternidade de Cristo, assumo o seu precioso trabalho, limitando-me a acrescentar ao texto qualquer nova contribuição".

A teoria, essa, estava já no Compêndio de Doutrina Social da Igreja, designadamente no parágrafo 182:

*O princípio da destinação universal dos bens requer que se cuide com particular solicitude dos pobres, daqueles que se acham em posição de marginalidade e, em todo caso, das pessoas cujas condições de vida lhes impedem um crescimento adequado.*

O que parece ser um timbre novo, é a ênfase colocada na necessidade de não virar a cara ao escândalo da pobreza. A um português é impossível não lembrar, neste contexto, as palavras da *Cantata da Paz*, poema de Sophia de Mello Breyner, que se viria a tornar canção, com música e voz do Padre Francisco Fanhais, de timbre aliás inconfundível:

*Vemos, ouvimos e lemos  
Não podemos ignorar  
Vemos, ouvimos e lemos  
Não podemos ignorar*

*Vemos, ouvimos e lemos  
Relatórios da fome  
O caminho da injustiça  
A linguagem do terror.*

(...)

*Nada pode apagar  
O concerto dos gritos  
O nosso tempo é  
Pecado organizado.*

Pois o Papa Francisco não quer que a Igreja seja cúmplice desse pecado, nem nenhum dos que, com ele, são Igreja, os católicos. Nem mesmo os não católicos, nem sequer os não crentes, porque a todos tem acolhido num abraço mais lato ainda que o do ecumenismo religioso... Assim, Francisco está preocupado com os que encontram mil escusas para não comparecer na luta contra a pobreza.

Começa por afirmar a sua grande tese, que é a da doutrina social da Igreja na sua versão clássica, só que talvez reforçada:

200. (...) A opção preferencial pelos pobres deve traduzir-se, principalmente, numa solicitude religiosa privilegiada e prioritária.

Para depois verberar o absentismo de muitos:

201. Ninguém deveria dizer que se mantém longe dos pobres, porque as suas opções de vida implicam prestar mais atenção a outras incumbências. Esta é uma desculpa frequente nos ambientes académicos, empresariais ou profissionais, e até mesmo eclesiais. Embora se possa dizer, em geral, que a vocação e a missão próprias dos

fiéis leigos é a transformação das diversas realidades terrenas para que toda a atividade humana seja transformada pelo Evangelho (...) ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social: 'A conversão espiritual, a intensidade do amor a Deus e ao próximo, o zelo pela justiça e pela paz, o sentido evangélico dos pobres e da pobreza são exigidos a todos'<sup>6</sup> (...)

Mas não deixa de confessar de imediato, e assim publicamente, as suas apreensões relativamente a uma muito comum forma de lidar com verdades incômodas em certos círculos - a concordância aparente, e o quietismo prático. Contudo, o Sumo Pontífice tem a consciência de que se trata de um desafio, e de um desafio renovado - não novo, porque ele está claríssimo no Evangelho e no exemplo de Jesus, mas renovado, porque mais uma vez interpelando os cristãos e todos os Homens de boa vontade:

201 (...) Temo que também estas palavras sejam objeto apenas de alguns comentários, sem verdadeira incidência prática. Apesar disso, tenho confiança na abertura e nas boas disposições dos cristãos e peçovos que procureis, comunitariamente, novos caminhos para acolher esta renovada proposta.

É de novo o estilo, dir-se-ia de intimidade, pelo menos de grande proximidade, e só esse estilo permite realmente compreender ao leitor toda a dimensão da mensagem e do próprio amplo e complexo entendimento da situação por parte do Bispo de Roma.

Não parece assim tratar-se da *caridadezinha* dos *pobrezinhos*, que fica toda contente com uns atos dadivosos, sempre fortuitos, pontuais, eventualmente mais ou menos noticiáveis ou ao menos notados no respetivo círculo social, para honra e glória (e quiçá salvação, ou pretensão a ela) do caridoso de serviço (em castelhano dir-se-ia: *de turno*). Fala-se em Justiça social! Ora, conquanto na linguagem da Igreja ainda por vezes andem confundidas as coisas (fenómeno sócio-linguístico e de mentalidade quiçá derivado do peso etimológico e histórico da palavra *caritas*<sup>7</sup>), caridade e justiça social não são a mesma coisa, e a primeira, no contexto social geral, laico, não tem uma conotação positiva. Assim como o assistencialismo e a "assistência" também não têm a ver com Estado social... Aqui há uns anos atrás decerto não seria bem assim...

É claro que não é a mesma coisa encarar o problema da perspectiva laica e não organizacional ou institucional e da perspectiva religiosa, e de uma Igreja institucionalizada. Neste último caso, as obras sociais próprias, por vastas e organizadas que sejam, nunca podem configurar (até pelo princípio da subsidiariedade) uma forma de "justiça social", mas, embora se espere que de modo não vertical e não humilhante, mas fraterno, alguma modalidade de "caridade", sim. Vemos assim que mesmo a caridade pode ter uma conotação positiva e outra negativa. E, por outro lado, a Igreja assume que atua nos vários tabuleiros: no xadrez da sua ação social própria, no do incitamento a que as pessoas, mesmo fora dela, atuem fraternalmente e solidariamente, e finalmente no apoio a uma ordem geral de Justiça social.

---

<sup>6</sup> Citando aqui a Congr. para a Doutrina da Fé, Instr. *Nibertatis nuntius* (6 de agosto de 1984), XI, 18: AAS 76 (1984), 908.

<sup>7</sup> Por exemplo, na própria Exortação se diz a dado passo (205), citando Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 2: AAS 101 (2009), 642: " Temos de nos convencer que a caridade 'é o princípio não só das micro-relações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também das macro-relações como relacionamentos sociais, económicos, políticos?». "

Com efeito, a Exortação fala em Justiça Social em dois momentos essenciais: no já citado parágrafo 201, e no parágrafo 205, para falar da paz e numa perspectiva mais internacional e intercultural. Mas o documento fala abundantemente em Justiça, *tout court*, em contextos que não raro se podem interpretar como sendo também de Justiça Social. Não é evidentemente de clamores por administração da Justiça ou por tribunais que se trata quando o Papa Francisco desassombradamente afirma:

74. (...) Em muitas partes do mundo, as cidades são cenário de protestos em massa, onde milhares de habitantes reclamam liberdade, participação, justiça e várias reivindicações que, se não forem adequadamente interpretadas, nem pela força poderão ser silenciadas.

### III. Diálogos: Epistemologias, Metodologias, Magistério

Há uma salutar preocupação da doutrina social da Igreja em se localizar no mundo dos saberes e dos agires. No respetivo *Compêndio*, nota-se a preocupação de delimitar bem o campo epistémico:

72 (...) a doutrina social da Igreja pertence, não ao campo da *ideologia*, mas ao 'da *teologia* e precisamente da teologia moral' (...) Ela não é definível segundo parâmetros sócio-económicos. Não é um sistema ideológico ou pragmático, que visa definir e compor as relações económicas, políticas e sociais, mas *uma categoria a se*.

Compreende-se a preocupação e a opção, e embora se insista em níveis mais afastados do concreto, o certo é que eles não podem deixar de ser contemplados, porque é afinal para a prática que a teoria se encaminha, e por ela que existe. Vale a pena ponderar a preocupação, agora não só epistémica como metodológica, neste passo do *Compêndio*:

73 (...) a doutrina social reflete os três níveis do ensinamento teológico-moral: o nível *fundante* das motivações; o *diretivo* das normas do viver social; o *deliberativo* das consciências, chamadas a mediar as normas objetivas e gerais nas situações sociais concretas e particulares. Estes três níveis definem implicitamente também o método próprio e a específica estrutura epistemológica da doutrina social da Igreja.

Um leigo teria certamente alguma dificuldade em distinguir esta "doutrina", mesmo assim delimitada, por um lado de uma filosofia política, e, por outro, de uma ideologia. Aliás, em termos marxistas, por exemplo, cremos que toda a religião, e também uma sua doutrina social, se enquadraria na ideia geral de ideologia, para mais sendo "falsa consciência". Mas também é sabido que mesmo em Marx a expressão tem variadíssimos sentidos. Por outro lado, não sendo ideologia o que pretende fazer, a Exortação Apostólica não deixa de explicitamente verberar as "56 (...) ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira".

E a propósito das acusações ao Papa diria Frei Bento Domingues, num artigo em que invoca também a opinião antiausteridade do "Prémio Nobel da Economia" Paul Krugman:

"São os interesses e preconceitos de uma elite económica, cuja influência política disparou ao mesmo tempo que a sua riqueza, que procuram ocultar essa realidade. Pretender despolitizar o discurso económico e torná-lo tecnocrático e apartidário é um embuste. A classe social e a desigualdade modelam e distorcem o debate."<sup>8</sup>

Não cremos todavia que seja muito proveitoso entrar por estas questões conceituais sobretudo em clave especulativa. O que parece relevante é que, se o Compêndio se procura resguardar da acusação ideológica, como é sabido o Papa Francisco foi já acusado de marxista. Tendo então respondido, em entrevista ao periódico italiano "La Stampa", em 15 de dezembro de 2013<sup>9</sup>, que não sendo marxista não se sentia ofendido por assim o chamarem, já que ao longo da sua vida teria conhecido vários marxistas boas pessoas.

Não é uma resposta de ideólogo, mas é uma resposta muito apropriada para o interior da Igreja Católica, em certos países ao menos, em que existe uma enorme incompreensão relativamente a certos fenómenos a ela exteriores, que são diabolizados. Podendo, em alguns casos, pelo contrário, e pontualmente, até ter objetivos confluentes. E no caso dos marxistas, em países de pobreza, parece-nos que, embora com metodologias realmente a maior parte das vezes nada católicas, podem ser eventuais aliados ou *compagnons de route* de católicos em lutas concretas pela Justiça social.

Note-se que o que seja "marxismo" e "marxistas" também mudou muito. E uma coisa é sempre uma ideologia no poder, ou na luta revolucionária pelo poder, e outra uma ideologia acomodada ao jogo democrático representativo nas democracias latamente qualificáveis como "ocidentais"...

Afigura-se-nos, assim, que há nesta singela resposta do Papa Francisco uma grande lição de evangelização interna, uma pregação prática de caridade, de amor ao próximo, que pode parecer dividido pelo fosso da ideologia. Nesse sentido, sim, é de grande prudência e sabedoria que a doutrina social da Igreja não se confunda com uma ideologia. Mesmo se a democracia cristã — que foi, juntamente com o socialismo democrático, trabalhismo e social-democracia, alguns de inspiração marxista, moderada ou "revisionista", esteio essencial da grande Europa de paz e prosperidade criada no pós-guerra, e obreira, com essas forças, do Estado social europeu — dificilmente se poderia reivindicar de outro *corpus* doutrinal, ou ideológico...

E infelizmente utilizamos uma forma verbal pretérita, porque (como aliás em alguma medida também ocorreria com a corrente socialista democrática moderada, como foi certamente observado já por um Eduardo Lourenço<sup>10</sup>) parece que a democracia cristã e outras famílias políticas do centro e da direita foram em grande medida tomadas pelo vírus neoliberal, que realmente é o vírus do materialismo, da ganância, do desprezo pelos pobres, e até pelo ódio aos mais humildes. E é evidentemente esse é também o alvo criticado (sem descer ao nível do ideológico, ou desse tipo de ideológico) pelo Papa Francisco. Digamos que ele ataca a teologia do mercado e a teologia materialista, sem obviamente descer ao baixo terreno da política concreta.

E contudo, sempre parece haver um problema, quando se pretende que se atue na prática. Já a questão se colocava anteriormente, quando a democracia cristã era

---

<sup>8</sup> DOMINGUES, Frei Bento — *Um Cristo Formatado?*, in "Público", 29 de dezembro de 2013, *apud* <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/um-cristo-formatado1617749>.

<sup>9</sup> *Apud* <http://www.publico.pt/mundo/noticia/papa-francisco-diz-que-nao-fica-ofendido-quando-lhe-chamam-marxista1616402> (consultado a 30 de dezembro de 2013).

<sup>10</sup> Cf. já LOURENÇO, Eduardo — *Esquerda na Encruzilhada ou Fora da História?*, "Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica", outono 2002, n.º 44, pp. 7-11 in ex "Público", 18 de fevereiro 2003, p. 12.

pujante... O problema é como não sujar as mãos no real, mas não lavando as mãos como Pilatos, agindo. O Papa Francisco, não se apresentando, como é óbvio, como chefe mundial de uma nova (ou velha) internacional ideológica, não deixa de exortar a que se encontrem soluções concretas e no terreno. Aliás, faz uma advertência para essa questão:

182. Os ensinamentos da Igreja acerca de situações contingentes estão sujeitos a maiores ou novos desenvolvimentos e podem ser objeto de discussão, mas não podemos evitar de ser concretos – sem pretender entrar em detalhes – para que os grandes princípios sociais não fiquem meras generalidades que não interpelam ninguém.

Os cristãos têm de estar na política. E, de alguma maneira, a política deverá aproximar-se não se diria de um ideal cristão (porque ele transcende o cristianismo) mas de um mínimo de decência que está longe de ser o padrão normal nos nossos dias...

Assim, não é para puro regozijo de alguns políticos, mas, pelo contrário, para madura reflexão e autocrítica de muitos, que devemos meditar nestas palavras da Exortação:

205. Peço a Deus que cresça o número de políticos capazes de entrar num autêntico diálogo que vise efetivamente sanar as raízes profundas e não a aparência dos males do nosso mundo. A política, tão denegrida, é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum. (...) Rezo ao Senhor para que nos conceda mais políticos, que tenham verdadeiramente a peito a sociedade, o povo, a vida dos pobres. É indispensável que os governantes e o poder financeiro levantem o olhar e alarguem as suas perspetivas, procurando que haja trabalho digno, instrução e cuidados sanitários para todos os cidadãos.

Não visa o Papa Francisco um discurso legitimador crítico da situação. Slavoj Žižek, por exemplo, é dos que chamam a atenção para a hibridação do discurso do poder com o de algumas contestações: havendo como que uma mútua dependência, em alguns casos, e até mesmo cumplicidade. Ora não é disso que se trata.

O Papa Francisco alerta num outro passo para o perigo da "recuperação". Ou, aproximando-nos mais nas suas palavras, da "recuperação oportunista" das palavras incómodas. E incómodas, desde logo, para muitos que viam na Igreja ou uma barreira ao avanço do Povo, e uma aliada (objetiva ao menos) da exploração, ou, noutra versão mais *souple*, um muro das lamentações e uma sociedade de perdedores, reclamando para os céus, mas sem efeitos senão catárticos neste mundo.

É um trecho com muita força e convicção o que parece começar a desenganar os tranquilizados com a palavra da Igreja. Certas palavras começam a molestar alguns:

203. A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política económica, mas às vezes parecem somente apêndices adicionados de fora para completar um discurso político sem perspetivas nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral. Quantas palavras se tornaram molestas para este sistema! Molesta que se fale de ética, molesta que se fale de solidariedade mundial, molesta que se fale de distribuição dos bens, molesta que se fale de defender os postos de trabalho, molesta que se

fale da dignidade dos fracos, molesta que se fale de um Deus que exige um compromisso em prol da justiça. Outras vezes acontece que estas palavras se tornam objeto duma manipulação oportunista que as desonra. A cómoda indiferença diante destas questões esvazia a nossa vida e as nossas palavras de todo o significado.

Se as palavras molestem, são mesmo para molestar... Não molestar por molestar ou para agredir (o Papa afirma aliás logo no parágrafo 208 que se exprime com estima e com a melhor das intenções, não como um inimigo, nem como um opositor, nem para ofender ninguém), mas quiçá correndo o risco de molestar para que as coisas mudem - presumimos. Também para que os escravos individualistas, indiferentes ou egoístas se libertem.

Mas não se trata, de modo algum, de um "ópio do povo", de um discurso apaziguador e tranquilizador dos pobres. Assim desenvolve e concretiza o Papa Francisco o axioma de que a Paz é obra da Justiça (*opus iustitiae pax*) :

218. A paz social não pode ser entendida como irenismo ou como mera ausência de violência obtida pela imposição de uma parte sobre as outras. Também seria uma paz falsa aquela que servisse como desculpa para justificar uma organização social que silencie ou tranquilize os mais pobres, de modo que aqueles que gozam dos maiores benefícios possam manter o seu estilo de vida sem sobressaltos, enquanto os outros sobrevivem como podem. As reivindicações sociais, que têm a ver com a distribuição das entradas, a inclusão social dos pobres e os direitos humanos não podem ser sufocados com o pretexto de construir um consenso de escritório ((pessoalmente gostaríamos mais que se tivesse traduzido por: "de gabinete")) ou uma paz efémera para uma minoria feliz. A dignidade da pessoa humana e o bem comum estão por cima da tranquilidade de alguns que não querem renunciar aos seus privilégios. Quando estes valores são afetados, é necessária uma voz profética.

E tal como outros observadores noutros países (em Portugal, desde logo, o antigo Presidente da República Doutor Mário Soares, que viria depois a invocar Sua Santidade e a convergência de diagnósticos, ou prognósticos...<sup>11</sup>), de muito diferentes orientações ideológicas, também o Papa, para espanto e confusão (*proprio sensu*) dos que não esperariam uma tal coincidência, obviamente não apela à violência (como outros também não) mas certamente chama a atenção para *o perigo* de ela eclodir, ao dizer, por exemplo:

"219. (...) Enfim, uma paz que não surja como fruto do desenvolvimento integral de todos, não terá futuro e será sempre semente de novos conflitos e variadas formas de violência".

E já havia dito antes, associando - como é óbvio - a violência à desigualdade:

60. (...) mais cedo ou mais tarde, a desigualdade social gera uma violência que as corridas armamentistas não resolvem nem poderão

---

<sup>11</sup> *Apud* [http://rr.sapo.pt/informacao\\_detalhe.aspx?fid=27&did=130855](http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=27&did=130855).

resolver jamais. Servem apenas para tentar enganar aqueles que reclamam maior segurança, como se hoje não se soubesse que as armas e a repressão violenta, mais do que dar solução, criam novos e piores conflitos. Alguns comprazem-se simplesmente em culpar, dos próprios males, os pobres e os países pobres, com generalizações indevidas, e pretendem encontrar a solução numa «educação» que os tranquilize e transforme em seres domesticados e inofensivos. Isto torna-se ainda mais irritante, quando os excluídos veem crescer este câncer social que é a corrupção profundamente radicada em muitos países – nos seus Governos, empresários e instituições – seja qual for a ideologia política dos governantes.

Mas retomemos o nosso fio. O Papa, se se concede e nos brinda com um discurso quase confessional (revelando-nos os seus receios, desde logo), está muito longe de acalentar ilusões e de se sustentar numa observação ou num discurso ingênuo. Dir-se-ia que a mesma *démarche* que lhe permite confessar-nos as suas reticências e preocupações, também o leva a revelar o edifício epistemo-metodológico que subjaz ao seu discurso. E é muito importante que um Papa, no nosso tempo, não fique pelo discurso mítico-poético, teológico puro, ou meramente oratório (parenético ou afim), mas compreenda que há desconstruções a fazer, precauções a ter, ilusões a evitar.

Claro que se não vai pedir ao Chefe da Igreja Católica que assuma precisamente o contrário do que habitualmente se esperava dela, nomeadamente um discurso da suspeita, na tríade Marx, Freud e Nietzsche. Mas não deixa de ser surpreendente que, na Encíclica *Lumen Fidei* (logo no parágrafo 2) este último não seja soberanamente ignorado (ou pelo menos não nomeado) antes com ele se exerça um quase-debate: pelo menos é referido e contraditado, o que para um documento com a *auctoritas* eclesial se nos afigura uma inovação, e, pelo menos na esfera pública, talvez seja um progresso. Embora alguns aí possam ver um sintoma de *profanação*, ou, no mínimo, de laicização do discurso...

De qualquer modo, embora de forma esparsa, na Exortação Apostólica se pode ver que não passam despercebidas ao Papa questões de ciência e de método, desde logo preventivas de ideias e palavras vãs.

Por um lado, a atenção dada ao diálogo entre ciência e fé (parágrafo 242), o que é expandido com alargamento de horizontes já não propriamente epistémicos mas latamente culturais no próprio diálogo ecuménico (parágrafo 243), inter-religioso (parágrafo 250) e do diálogo social, e em especial o reconhecimento de pontos de confluência com alguns não-crentes (parágrafo 257), entre outros aspetos.

Mas mais especificamente ainda deve salientar-se que, sem esquecer que há outros tipos de abordagem da realidade (e esse reconhecimento é um progresso de pluralismo significativo), designadamente o sociológico, o Papa assume um caminho, que se diz diferente, mas que, contudo, precisamente porque não ignora soberanamente as abordagens laicas, já tem em si um certo tempero secular. O que nos não parece de forma alguma nem mal, nem sequer descaracterizador de uma mensagem religiosa, veja-se a própria tradição laicista da Igreja Católica (ao menos em teoria, segundo alguns)<sup>12</sup>. Assim, afirma-se em *Evangelii Gaudium*:

---

<sup>12</sup> Cf., v.g., LAUAND, Jean — “Ciência e Weltanschauung. A Álgebra como Ciência Árabe”, in *Filosofia, Linguagem, Arte e Educação*, São Paulo, ESDC / CEMOROC – EDF – FEUSOP / Factash Editora, 2007; VILLELA, João Batista — *A César o que é de César*, in “Videtur”, n.º 14, ed. Eletrónica: <http://www.hottopos.com/videtur14/villela.htm>; VEYNE, Paul — *Quand notre monde est devenu chrétien*, Paris, Albin Michel, 2007, trad. port. de Marcos de Castro, *Quando o Nosso Mundo se Tornou Cristão (312-394)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010; ROUGIER, Louis — *O Conflito entre*

50. (...) convém recordar brevemente o contexto em que temos de viver e agir. É habitual hoje falar-se dum 'excesso de diagnóstico', que nem sempre é acompanhado por propostas resolutivas e realmente aplicáveis. Por outro lado, também não nos seria de grande proveito um olhar puramente sociológico, que tivesse a pretensão, com a sua metodologia, de abraçar toda a realidade de maneira supostamente neutra e asséptica. O que quero oferecer situa-se mais na linha dum discernimento evangélico. É o olhar do discípulo missionário que “se nutre da luz e da força do Espírito Santo”.

Aliás, o Papa recorda uma posição já de João Paulo II sobre a utilidade das Ciências Sociais para a Igreja (parágrafo 40). E o diálogo da teologia com outras ciências e o mundo da cultura em geral é afirmado (parágrafo 133).

Mas se se nota que há um conhecimento e uma preocupação com o contexto histórico, social e global, e que o Papa se encontra advertido para, por assim dizer, os vários caminhos e até alternativas à proposta religiosa e à proposta católica, em vários domínios, mesmo nos especulativos e teóricos, é muito relevante a insistência na necessidade evangélica, que pode, em termos latos, ser considerada como a geral necessidade de concretizar, *hic et nunc*, "o Reino".

Recordemos, pois, estas linhas que parecem bem amadurecidas e equilibradas, na Exortação Apostólica que vimos seguindo:

182. Os ensinamentos da Igreja acerca de situações contingentes estão sujeitos a maiores ou novos desenvolvimentos e podem ser objeto de discussão, mas não podemos evitar de ser concretos – sem pretender entrar em detalhes – para que os grandes princípios sociais não fiquem meras generalidades que não interpelam ninguém. É preciso tirar as suas consequências práticas, para que «possam incidir com eficácia também nas complexas situações hodiernas». ((citando aqui o Compêndio de Doutrina Social da Igreja, 9). Os Pastores, acolhendo as contribuições das diversas ciências, têm o direito de exprimir opiniões sobre tudo aquilo que diz respeito à vida das pessoas, dado que a tarefa da evangelização implica e exige uma promoção integral de cada ser humano.

Atente-se que os sacerdotes têm liberdade de expressão, e a sua fonte são as "diversas ciências", não apenas as Escrituras e a Tradição. E a dimensão pública e interventiva da religião ressalta logo no passo seguinte deste parágrafo:

Já não se pode afirmar que a religião deve limitar-se ao âmbito privado e serve apenas para preparar as almas para o céu. Sabemos que Deus deseja a felicidade dos seus filhos também nesta terra, embora estejam chamados à plenitude eterna, porque Ele criou todas as coisas «para nosso usufruto» (1 Tm 6, 17), para que todos possam usufruir delas.

---

*Cristianismo Primitivo e a Civilização Antiga*, trad. port. de Manuela Barreto, Lisboa, Vega, 1995; VILLEY, Michel — “Critique du cléricalisme. La doctrine de Saint Thomas d’Aquin”, in *Philosophie du droit*. I. *Définitions et fins du droit*, 3.<sup>a</sup> ed., Paris, Dalloz, 1982, p. 117 ss.; FASSÒ, Guido — *San Tommaso giurista laico?*, in “Scritti de Filosofia del Diritto”, a cura di E. Pattaro/ Carla Faralli/ G. Zucchini, Milano, Giuffrè, vol. I, 1982.

Trata-se, portanto, de uma religião a cujos ministros é facultada grande liberdade e pluralismo. Num outro passo se critica mesmo o monolitismo que alguns gostariam de ver na Igreja:

40. (...) A quantos sonham com uma doutrina monolítica defendida sem nuances por todos, isto poderá parecer uma dispersão imperfeita; mas a realidade é que tal variedade ajuda a manifestar e desenvolver melhor os diversos aspetos da riqueza inesgotável do Evangelho.

Trata-se, assim, de uma religião aberta ao mundo, ao tempo presente, dialogante com outros crentes e não crentes, e advertida para os progressos não apenas das ciências físicas e duras, mas também das ciências sociais, da filosofia, e da cultura em geral.

Trata-se, então, de - até por tudo isto - uma religião que, certamente preocupando-se em última instância com coisas que não são deste mundo, se encontra enraizada no mundo. E assim o procura transformar, de acordo com os grandes parâmetros da doutrina social da Igreja, que são, aliás, vastamente compartilháveis, assim se faça, para alguns deles, a devida "tradução" conotativa...

E contudo, e a nosso ver muito bem, em tese, pelo menos, não há concessão ao indiferentismo, ao relativismo e afins, porquanto precisamente, há valores que o são e desvalores que não são valores. Comentando o subjetivismo que alça a valor e verdade o que cada um muito bem pensa e quer (ou lhe interessa), é com placidez e sentido pedagógico que, em vez de um fulminar de anátema, o Papa apela à educação:

64. Por conseguinte, torna-se necessária uma educação que ensine a pensar criticamente e ofereça um caminho de amadurecimento nos valores.

Trata-se, portanto, de um verdadeiro magistério, da Igreja que se assume como mãe e mestra (*mater et magistra*) e "especialista em humanidade". Um magistério que agora se faz vera pedagogia, e pedagogia cívica também. Este discurso e a prática que o acompanha não estão isentos de perigos. E certamente o maior perigo que corre este documento será o de ser em geral bem acolhido por gregos e troianos (afora extremistas muito radiciais que reclamam por excesso ou por defeito), mas sujeito a releituras e recuperações revolucionárias (estas menos prováveis) ou conformistas. Sobretudo as recuperações conservadoras, melhor, quietistas, tenderão a embalsamar o texto e o Papa, para que tudo fique mais ou menos na mesma, quer dizer, socialmente cada vez pior. Com sorriso, admitem (alguns até acharão útil), mas certamente sem mãos.

Recebido para publicação em 18-01-14; aceito em 16-02-14